ACÓRDÃO Nº. 56.185

(Processo nº. 2007/52219-0)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 683/2002 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMERIM e a SEPOF.

Responsável: ESPÓLIO DO Sr. SEBASTIÃO BAÍA ÁGUILA – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

EMENTA:

TOMADA DE CONTAS. CONVÊNIO. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. CONTAS IRREGULARES. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. APLICAÇÃO DE MULTAS.

- 1- A omissão no dever de prestar contas importa no julgamento pela irregularidade das contas e devolução do valor repassado;
- 2- A imputação de débito enseja na aplicação de multa pelo dano ao erário ao responsável;
- 3- A não prestação de contas enseja na aplicação de multa pela sua tomada ao responsável.

Relatório do Exmº Sr. Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS:

Processo: 2007/52219-0

Assunto: Tomada de Contas – Convênio SEPOF 683/2002

Valor: R\$300.000,00(Trezentos mil reais)

Contrapartida: R\$15.000,00(quinze mil reais)

Objeto: Execução do Projeto “Infra-Estrutura Urbana”

Responsável: Espólio de Sebastião Baia Aguila

Procedência: Prefeitura Municipal de Almeirim

Do valor conveniado, o Estado repassou apenas R\$100.000,00(cem mil reais).

A Secretaria de Controle Externo - 2ª CCG (fls. 74/77), em razão da ausência de prestação de contas, considerou o espólio do responsável em débito para com a Fazenda Estadual e sugeriu a devolução da quantia recebida, devidamente corrigida monetariamente, sem prejuízo da aplicação de multas regimentais ao Sr. Gandor Calil Hage Neto, pela instauração da tomada de contas e ao Sr. José Botelho dos Santos, pelo não atendimento a diligência desta Corte de Contas.

Oportunizada audiência dos interessados, apenas o Sr. José Botelho dos Santos apresentou defesa às fls. 91/102 dos autos.

Em nova manifestação (fls. 104/107), a Secretaria de Controle Externo concluiu que não existem razões que possam implicar em modificações do relatório técnico anterior, bem como elementos para inferir sobre a legalidade dos atos de gestão e confirmar efetivamente a utilização dos recursos públicos. Ao final, ratificou suas conclusões anteriores.

O Ministério Público de Contas, em parecer às fls. 110/112, acompanhou as conclusões da Secretaria de Controle Externo.

É o relatório.

VOTO:

Ante o exposto, diante da ausência de documentação comprobatória e verificada a não execução do objeto conveniado, julgo as contas irregulares e, condeno o Espólio do Sebastião Baía Águila à devolução do valor de R\$-100.000,00(cem mil reais),

Tribunal de Contas do Estado do Pará

devidamente corrigido a partir de 07.08.2002 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento, com fulcro nos arts. 56, III, “a” “b” “c” e “d”, e 62 da Lei Orgânica desta Corte.

Aplico ao Sr. Gandor Calil Hage Neto, multa no valor de R\$850,00(oitocentos e cinquenta reais) pelo não encaminhamento das contas no prazo regimental, com fundamento no art. 243, III, “b” do Regimento Interno deste Tribunal.

Ao Sr. José Botelho dos Santos, aplico multa no valor de R\$850,00(oitocentos e cinquenta reais) pelo não atendimento a diligência desta Corte, nos termos do art. 243, III, “a” do RI-TCE/PA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea “a”, “b”, “c” e “d” c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos VII e VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

- 1) Julgar irregulares as contas e, condenar o Espólio do Sr. SEBASTIÃO BAÍA ÁGUILA, CPF:010.766.392-91, à devolução aos Cofres Públicos Estaduais do valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), devidamente corrigido a partir de 07/08/2002 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;
- 2) Aplicar ao Sr. GANDOR CALIL HAGE NETO, Ex-Prefeito de Almeirim, CPF:296.651.832-49, a multa de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) pela intempestividade na apresentação da prestação de contas;
- 3) Aplicar ao Sr. JOSÉ BOTELHO DOS SANTOS, CPF:032.053.982-20, a multa de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) pelo não atendimento à diligência desta Corte.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para recolhimento das multas aplicadas, ao disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 03 de novembro de 2016.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente em exercício

Presentes à sessão os Conselheiros: NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procurador do Ministério Público de Contas: Stephenson Oliveira Victor.

MS0100826

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Relator